



# EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 13/2021

Entidade Promotora: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

Instaurada pelo

Prefeito: ANDERSON MANIQUE BARRETO

Comissão de Licitação: PORTARIA № 11/2021, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Presidente: DINARA MAZZUCATTO

Membros Efetivos: FERNANDO DE QUADROS ABATTI

IANA ROBERTA SCHMID

**LEILA MARCOLINA** 

Membros Suplentes: ALINE MARI DOS SANTOS CANOVA

DOUGLAS CRISTIAN STRAPAZZON ELIZANGELA VEIS SPONHOLZ FLAVIANE GUBERT SIQUEIRA

O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/n -Centro, Coronel Vivida, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.455/0001-56, representado pela sua PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, Dinara Mazzucatto, designado, pela Portaria nº 11 de 17 de fevereiro de 2021, devidamente autorizado pelo Exmo. Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8 SSP-PR, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados o CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas físicas para função de educador social, em caráter essencial e emergencial, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência para trabalhar com crianças e adolescentes em medida de proteção e acolhimento em Casa Lar, nos termos das condições estabelecidas no presente edital

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o CREDENCIAMENTO de pessoas físicas para função de educador social, em caráter essencial e emergencial, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência para trabalhar com crianças e adolescentes em medida de proteção e acolhimento em Casa Lar, de acordo com o termo de referência – Anexo I.





#### 2. DO VALOR

2.1. O valor total da contratação para 12 (doze) meses, é de R\$ 33.336,00 (trinta e três mil trezentos e trinta e seis reais).

#### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O credenciamento será gratuito e o ato do credenciamento pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas, condições do Edital e de seus Anexos, que passarão a integrar as obrigações dos licitantes, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
- 3.2. O prazo para o credenciamento é 15 (quinze) dias úteis, de 27 de setembro de 2021 até as 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2021. Sendo que, os interessados poderão dentro deste prazo apresentar os documentos para credenciar-se, junto ao departamento de protocolo do município.
- 3.3. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 22 de outubro de 2021, após as 09:00 horas, junto a sala de Licitações do Município de Coronel Vivida, pela Comissão Permanente de Licitação.

#### 4. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 4.1. Os esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital poderão ser feitos até às 17h:00min horas do 01º (primeiro) dia útil após a publicação do edital.
- 4.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada na sede do Município de Coronel Vivida, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 08h00min às 17h00min, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br
- 4.3. Caberá a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o qual é a responsável pela elaboração do presente edital, decidir sobre a petição/pedidos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a resposta será disponibilizada no site <a href="www.coronelvivida.pr.gov.br">www.coronelvivida.pr.gov.br</a>
- 4.4. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

#### 5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do credenciamento a pessoas físicas que detenham habilitação para o exercício de das atividades na área relacionada neste edital.



5.2. A participação no credenciamento importa ao Credenciado e na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no Termo de Referência.

#### 6. DESCRITIVOS, QUANTITATIVOS E VALORES

Cargo	Nº de Vagas	Carga horária	Salário mensal	Habilitação Necessária
Educador Social	ıcador Social 02		1.389,00	Ensino médio completo

- 6.1. O serviço de Cuidador Social será desenvolvido com crianças e adolescentes da Casa Lar, tendo em vista a Política Nacional de Assistência Social e suas regulações, será aplicado o regime de 12X36 horas, para o turno Diurna o início do turno é as 07h:00min até às 19h:00min, e para turno Noturno o início do turno é as 19h:00min até as 07h:00min.
- 6.2. A definição do valor do salário mensal, teve como base o Edital nº 11/20, publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.

# 7. REQUISITOS MÍNIMOS PARA A FUNÇÃO

- 7.1. Ensino Médio Completo;
- 7.2. Sexo feminino e ter idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos;
- 7.3. Experiencia em trabalho com crianças ou adolescentes;
- 7.4. Ter aptidão física e mental;
- 7.5. Residir no município há mais de 2 (dois) anos;
- 7.6. Reconhecida idoneidade moral;
- 7.7. Estar em gozo de seus direitos políticos;
- 7.8. Não ser funcionário público federal, estadual ou municipal, nem exercer cargo legislativo;
- 7.9. Passar na experiência de 90 dias, com avaliação da coordenação e equipe técnica;
- 7.10. Disponibilidade para finais de semana e feriados, e com jornada alternativa com escala de horários, conforme necessidade do setor.

#### 8. ATRIBUIÇÕES DO CARGO

#### Atribuições do Cargo:

Realizar funções inerentes ao cargo:

Ministrar a medicação conforme prescrição médica às crianças e adolescentes acolhidos;

Realizar e/ou supervisionar a higiene pessoal (banho, higiene bucal, troca de fraldas, etc) assim



como auxiliar no vestuário quando necessário. Ofertar alimentos das diversas formas (papinha, fruta, mamadeira, sonda enteral, etc.) quando necessário; Zelar pelo bem-estar, higiene e segurança das crianças e adolescentes; Administrar a casa, realizando e organizando as tarefas a eles pertinentes, de limpeza, de alimentação, entre outros; Proteger a integridade física e moral das crianças e dos adolescentes da instituição; Agir com respeito na condição de educador dos acolhidos, considerando suas idades, hábitos, histórias, vivências, necessidades, comportamentos, atitudes, emoções e reações; Acompanhar e monitorar, quando necessário, visitas de família natural e/ou extensa, e pessoas aptas, autorizadas pela equipe técnica. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando necessário ao exercício de suas atividades.

Tomar conhecimento de eventuais ocorrências do plantão anterior; registrar no relatório diário todas as ocorrências durante o plantão; Auxiliar nas tarefas escolares; Monitorar lazer e recreação; substituir eventuais ausências; estar atento ao compromisso das crianças e dos adolescentes com relação a outras instituições como APAE, CREAS, CAPS, MÉDICO, DENTISTA etc. Fazer orientação das crianças com relação a assuntos que vem de encontro com seu dia a dia tanto dentro da casa como no convívio comunitário; reforçar através de atividades de socialização o bom convívio entre as crianças na casa, a autoestima, individualidade etc. Acompanhar os usuários às unidades básicas de saúde quando necessário; acompanhar o motorista no transporte das crianças quando o mesmo for solicitado; participar ativamente de todas as ações internas ou externas realizadas pelo serviço, incluindo as ações da Secretaria de Assistência Social e de Lazer.

#### 9. DA ENTREGA DO ENVELOPE

Município de Coronel Vivida – PR

- 9.1. Os interessados entregarão todos os documentos exigidos em envelopes lacrados e rubricados diretamente no setor de protocolo do Município de Coronel Vivida, na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:00min.
- 9.2. A inscrição não implica em contratação pelo poder municipal, os credenciados serão convocados de acordo com o interesse do município para atender a coletividade pelo período de 12 meses.
- 9.3. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa/frente os seguintes dados:

Chamamento Público nº 13/2021
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA FUNÇÃO DE EDUCADOR SOCIAL, EM CARÁTER ESSENCIAL E EMERGENCIAL, PARA ATUAREM NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA PARA TRABALHAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO EM CASA LAR

Interessado:

CPF:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Telefone: E-Mail:

9.4. O candidato deverá entregar, no ato da inscrição, a documentação (OBRIGATÓRIA) abaixo (os quais não devem se confundir com os requisitos constantes no item 7):





9.5. Os interessados no credenciamento deverão apresentar os seguintes documentos, em **CÓPIAS AUTENTICADAS** em cartório ou apresentadas em original para autenticação da cópia, por membro da Comissão Permanente de Licitação, mediante a comparação entre o original e a cópia para atestar a autenticidade, ou ainda, extraídos da internet, quando a sua expedição for realizada mediante uso da tecnologia digital, ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade.

# 10. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PESSOA FÍSICA

- 10.1. Os interessados no credenciamento deverão apresentar os seguintes documentos:
- a. Requerimento para Credenciamento, preenchido e assinado, conforme modelo (anexo II);
- b. Cópia autenticada da Carteira de Identidade;
- c. Cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d. Cópia autenticada de Comprovante de residência, comprovando a residência no município a mais de 02 (dois) anos, mediante apresentação de comprovante de residência em seu nome (poderá ser uma conta 2019 e uma conta 2021) ou declaração assinada por uma testemunha, com assinatura reconhecida em cartório pelo declarante;
- e. Curriculum Vitae atualizado no ano 2021;
- f. Cópia autenticada do Histórico Escolar para a escolaridade mínima exigida para o cargo (ensino médio completo);
- g. Comprovante de experiência na atuação com crianças e adolescentes (comprovada através de cópia autenticada de CTPS, cópia autenticada de contrato de trabalho ou declaração, com assinatura reconhecida em cartório pelo declarante);
- h. Comprovante de estar em gozo com seus direitos políticos (Fórum Eleitoral ou internet);
- j. Certidão negativa de antecedentes criminais original, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Coronel Vivida-PR (FÓRUM).
- k. Declaração unificada (aptidão física e mental, não ser funcionária pública e disponibilidade de horário) Anexo III;
- 10.2. No mesmo ato da inscrição o candidato deverá apresentar os documentos que possibilitem a pontuação de seus Títulos e que comprovam a Experiência Profissional, conforme pontuação para o cargo, disposto na tabela de avaliação no Item 13.
- 10.3. O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição e entrega da documentação, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento destes documentos ou falta dos mesmos.

#### 11. DAS REGRAS GERAIS PARA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

- 11.1. A presente chamada pública destina-se à admissão em caráter temporário;
- 11.2. A seleção dos candidatos será de inteira responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação, que o fará sob a forma de análise rigorosa das exigências de titulação e habilitação para o cargo pretendido;



- 11.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas em edital.
- 11.4. Não será permitido mais de uma inscrição por CPF.
- 11.5. Não será cobrado taxa de inscrição para a presente Chamada Pública.

#### 12. DO PROCESSO DE ESCOLHA

12.1. O processo de escolha será de caráter classificatório, constará da análise do currículo, diplomas apresentados e do tempo de experiência para a vaga pleiteada, participação em cursos, simpósios, palestras, seminários, etc. Com a temática da criança e adolescente.

# 13. DA PONTUAÇÃO

- 13.1. Serão declaradas habilitadas ao credenciamento todos os interessados que cumprirem as exigências mínimas impostas por este instrumento convocatório.
- 13.2. Para fins de preenchimento das vagas disponíveis, far-se-á necessário método de classificação entre aqueles que forem habilitados ao credenciamento, conforme critério desenvolvido pelo quadro abaixo:

Quesito	Pontuação		
Cópia autenticada do Diploma de Graduação na área de Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional ou Serviço Social.	2,0		
Cópia autenticada do diploma de Graduação em demais áreas.	1,0 até o limite de 3,0 pontos		
Cópia autenticada do histórico escolar ou Certificado de Conclusão do Magistério ou Curso de Formação de Docentes.	1,0		
Cópia autenticada do Diploma de Pós na área de Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional ou Serviço Social, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, com certificado devidamente registrado.	1,0 até o limite máximo de 2,0 pontos		
Cópia autenticada de Certificado de participação em cursos, simpósios, palestras, seminários, etc. Com a temática da criança e adolescente, com carga horária de no mínimo 20 horas desde que realizados nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do Edital.	0,2 pontos para cada certificação com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas. 0,5 pontos para cada certificação com carga horária igual ou superior a 40 (quarenta) horas, até o limite máximo de 2,0 pontos.		
Experiência profissional no trabalho com crianças e adolescentes (comprovada através de CTPS, contrato de trabalho ou declaração, com assinatura do declarante reconhecida em cartório).	1,0 ponto para cada ano completo trabalhado, até o máximo de 05 anos.		



13.3. Havendo empate entre os candidatos, será utilizado como critério de desempate a maior idade.

#### 14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1. Aos(as) credenciados(as) é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº. 8666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.
- 14.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.
- 14.3. O recurso deverá ser protocolado junto ao Setor de Protocolo, na sede da Prefeitura Municipal, Praça Ângelo Mezzomo, sn, Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná PR, CEP 85.550.000, à da Comissão Permanente de Licitação para a realização de Chamamento, ficando estabelecido prazo de até 05 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do exmo. Sr. Prefeito, que terá igual prazo para análise e decisão.
- 14.4. Somente o responsável legal do interessado poderá interpor recursos.
- 14.5. Serão aceitos recursos por via postal, ou correio eletrônico, dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste edital.
- 14.6. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação.
- 14.7. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de Termo de Homologação pelo Município.

#### 15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. A publicação do resultado do credenciamento será em Diário Oficial do Município e na web page: www.coronelvivida.pr.gov.br.

#### 16. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

- 16.1. O Município poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidas após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade física, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso seja a que título for.
- 16.2. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.





- 16.3. O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o credenciado pode solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse.
- 16.4. Ademais, a Administração poderá, através de decisão fundamentada, promover o descredenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência ou na legislação pertinente, bem como tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica.
- 16.5. Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço.
- 16.6. Ocorrer a superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do credenciado, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas.
- 16.7. Convocado, o credenciado deixar de atender à solicitação da Administração e não apresentar justificativa.

#### 17. DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1. Homologado o objeto do presente Chamamento, através de processo de inexigibilidade de licitação, o município Coronel Vivida, convocará os adjudicatários para assinarem o termo de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, após a inexigibilidade, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93.

#### 18. ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

18.1. O Município através da Secretaria Municipal de Assistência Social, realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do fiscal designado para acompanhamento do contrato e as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

#### 19. DO PRAZO E PRORROGAÇÃO

- 19.1. O credenciado (a) assinará com a Administração o Termo de Credenciamento, por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme termos do art. 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 19.2. As eventuais prorrogações deverão ser manifestadas, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual.
- 19.3. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas somente se reputará válida se tomadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.







- 19.4. O Banco de Dados dos credenciados ficará disponível enquanto perdura a vigência do edital, durante o qual os credenciados poderão ser convocados a firmar contratos junto à administração, conforme demanda.
- 19.5. O Edital poderá ser revogado, desde que devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem gerar indenização a terceiros.

#### 20. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento do valor acordado para execução dos serviços será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, por meio de RPA Recibo de Pagamento Autônomo, acompanhado da folha ponto do(a) Contratado(a), através de transferência eletrônica diretamente em conta bancária do(a) favorecido(a), indicada pelo(a) mesmo(a).
- 20.2. O Município efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

# 21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta da dotação abaixo discriminada:

UNID	ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA Natureza da Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física						
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA	DESD.	NATUREZA
					PRINC.		
07	10/01	000	6.072	Atendimento e Manutenção no Eixo	990	3237	3.3.90.36.99.03
				da PSE – MAC – Crianças e			
				Adolescentes			
				10.001.08.243.0034.6.072			

#### 22. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

- 22.1. Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) de contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei Federal 8.666/93.
- 22.2. A Administração indica como gestora do contrato a Secretária de Assistência Social, Fatima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 7.479, para os serviços solicitados pela a Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 22.3. A Administração indica como fiscal do contrato, Ana Paula Jochem, matricula nº 1405-2.







# 23. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

23.1. Dar condições de trabalho e remunera-lo dentro dos seus direitos acordados através do proposto no edital de chamada publica, realizado para a contratação dos mesmos. Sendo acordado com assinatura de contrato, e aceito por ambas as partes contratados e contratante.

# 24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Deverá OBRIGATORIAMENTE estar de acordo com os padrões e normas vigentes propostas no edital de chamamento, disponibilizando a prestar serviço em sua respectiva área seguindo as exigências de cada função e órgão.

#### 25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS

25.1. Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, o Município de Coronel Vivida, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

#### 26. DAS PENALIDADES

26.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará ao credenciado as penalidades previstas no art. 87 da lei 8.666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo do descredenciamento.

#### 27. DA MULTA

- 27.1. O MUNICÍPIO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei 8.666/963, aplicará multa:
- a) pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela inexecução total ou parcial dos serviços.

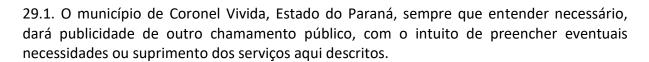
## 28. DA RESCISÃO

- 28.1. Ocorrendo motivo que justifique, atendido em especial o interesse do município, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos moldes da Lei n.º 8.666/93, pelo município a qualquer momento, mediante notificação para imediata suspensão dos serviços.
- 28.2. O(a) credenciado(a) poderá a qualquer tempo denunciar o ajuste, bastando, para tanto, notificar previamente a Administração, com antecedência de 30 (trinta) dias.





# 29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- 29.2. O conteúdo deste edital de chamamento encontra-se disponível para download no site: <a href="www.coronelvivida.pr.gov.br">www.coronelvivida.pr.gov.br</a>
- 29.3. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Município de Coronel Vivida, sito a Praça Ângelo Mezzomo, s/n Centro, Coronel Vivida, Estado do Paraná, de segunda a sextafeira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou através do telefone (46) 3232-8300.
- 29.4. Os demais atos pertinentes a este credenciamento, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município.
- 29.5. Considerando o disposto no Art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 visando a desburocratização e simplificação dos atos e procedimentos administrativos de competência do município, se, a empresa optar pela conferência através do agente administrativo, caberá a este:
  - I reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou com a assinatura constante do contrato social da empresa, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
  - II autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
  - III juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.
- 29.6. Todas as informações do presente Credenciamento estarão disponíveis no Portal do município, é de responsabilidade do interessado no credenciamento, acompanhar as informações deferidas, eximindo-se o município da responsabilidade das alegações de desconhecimento de quaisquer informações sobre o presente Credenciamento.

#### 30. DOS ANEXOS

30.1. Integra o presente instrumento:

Anexo I - Termo de referência

Anexo II - Modelo de requerimento para credenciamento

Anexo III - Declaração

Anexo IV - Minuta de contrato.



30.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste credenciamento, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Coronel Vivida.

Coronel Vivida, 24 de setembro de 2021.

Dinara Mazzucatto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação





#### **CREDENCIAMENTO PÚBLICO № 13/2021**

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Do Objeto:

1.1. Credenciamento de pessoa física para função de Educador Social, em caráter essencial e emergencial, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência para trabalhar com crianças e adolescentes em medida de proteção e acolhimento em Casa Lar, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

#### 2. Da Justificativa:

- 2.1. O Serviço de Acolhimento Institucional é provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente em uma casa que não é a sua prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento (ECA, Art. 101, § 1º), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.
- 2.2. A Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Coronel Vivida, não dispõe de profissionais efetivos no cargo de Educador Social, pois o mesmo não está contemplado no Plano de Carreira Municipal. Tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 173/20, que impossibilita a contratação de funcionários ou criação de novos cargos que impliquem em aumento de despesas com pessoal. Levando em consideração que os serviços são de extrema relevância e a não execução prejudicaria a população que necessita deste atendimento, ainda colocaria em risco as crianças e adolescentes que estão sob a tutela do município, no Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar. Considerando o Ofício nº 05/2021, encaminhado ao Ministério Público Municipal, em 05 de fevereiro de 2021, o qual o Presidente da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância APMI, informa que a partir de 10 de fevereiro de 2021 serão interrompidas as atividades prestadas pela Instituição perante a Casa Lar Irmã Rosa.
- 2.3. O município de Coronel Vivida, dispõe da Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Serviço de Acolhimento Institucional Modalidade Casa Lar, nomeada Casa Lar Irmã Rosa Borguesan pela Lei Municipal nº 1.483/98, de 20 de agosto de 1998. Conforme descrito no Art. 92 da Lei Municipal nº 2573/2014. A Casa Lar objetiva criar um ambiente familiar saudável para o acolhimento institucional de até 10 (dez) crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em situação de risco, no município de Coronel Vivida, bem como, advindos de outros municípios através de convênio. A instituição visa cumprir determinação de medida protetiva atendendo as necessidades básicas de educação, saúde, lazer, alimentação, vestuário e acesso a recursos comunitários. Sendo a instituição um órgão municipal de caráter essencial, se faz necessário o credenciamento em caráter de urgência, visto que o serviço não pode sofrer nenhum tipo de interrupção e que os mesmos sejam garantidos à população.





#### 3. Descritivos, quantitativos e valores

Cargo	Nº de Vagas	Carga horária	Salário mensal	Habilitação Necessária
Educador Social	02	12x36	1.389,00	Ensino médio completo

- 3.1. O serviço de Cuidador Social será desenvolvido com crianças e adolescentes da Casa Lar, tendo em vista a Política Nacional de Assistência Social e suas regulações, será aplicado o regime de 12X36 horas, para o turno Diurna o início do turno é as 07h:00min até às 19h:00min, e para turno Noturno o início do turno é as 19h:00min até as 07h:00min.
- 3.2. A definição do valor do salário mensal, teve como base o Edital nº 11/20, publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.
- 3.3. O valor total da contratação para 12 (doze) meses, é de R\$ 33.336,00 (trinta e três mil trezentos e trinta e seis reais).

#### 4. Requisitos mínimos para a função:

- 4.1. Ensino Médio Completo;
- 4.2. Sexo feminino e ter idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos;
- 4.3. Experiencia em trabalho com crianças ou adolescentes;
- 4.3. Ter aptidão física e mental;
- 4.5. Residir no município há mais de 2 (dois) anos;
- 4.6. Reconhecida idoneidade moral;
- 4.7. Estar em gozo de seus direitos políticos;
- 4.8. Não ser funcionário público federal, estadual ou municipal, nem exercer cargo legislativo;
- 4.9. Passar na experiência de 90 dias, com avaliação da coordenação e equipe técnica;
- 4.10. Disponibilidade para finais de semana e feriados, e com jornada alternativa com escala de horários, conforme necessidade do setor.

#### 5. Atribuições do cargo:

#### Atribuições do Cargo:

Realizar funções inerentes ao cargo:

Ministrar a medicação conforme prescrição médica às crianças e adolescentes acolhidos;

Realizar e/ou supervisionar a higiene pessoal (banho, higiene bucal, troca de fraldas, etc) assim como auxiliar no vestuário quando necessário. Ofertar alimentos das diversas formas (papinha, fruta, mamadeira, sonda enteral, etc.) quando necessário; Zelar pelo bem-estar, higiene e segurança das crianças e adolescentes; Administrar a casa, realizando e organizando as tarefas a eles pertinentes, de limpeza, de alimentação, entre outros; Proteger a integridade física e moral das crianças e dos adolescentes da instituição; Agir com respeito na condição de educador dos acolhidos, considerando suas idades, hábitos, histórias, vivências, necessidades, comportamentos, atitudes, emoções e reações; Acompanhar e monitorar, quando necessário, visitas de família natural e/ou extensa, e pessoas aptas, autorizadas pela equipe técnica. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando necessário ao exercício de suas atividades.

Tomar conhecimento de eventuais ocorrências do plantão anterior; registrar no relatório diário todas as ocorrências durante o plantão; Auxiliar nas tarefas escolares; Monitorar lazer e recreação; substituir eventuais ausências; estar atento ao compromisso das crianças e dos adolescentes com relação a outras instituições como APAE, CREAS, CAPS, MÉDICO, DENTISTA etc. Fazer orientação das crianças com relação a assuntos que vem de encontro com seu dia a dia tanto dentro da casa como no convívio comunitário; reforçar através de atividades de socialização o bom convívio entre as crianças na casa, a autoestima, individualidade etc. Acompanhar os usuários às unidades básicas de



rido o mesmo for

saúde quando necessário; acompanhar o motorista no transporte das crianças quando o mesmo for solicitado; participar ativamente de todas as ações internas ou externas realizadas pelo serviço, incluindo as ações da Secretaria de Assistência Social e de Lazer.

#### 6. Das condições para participação:

- 6.1. Poderão participar do credenciamento a pessoas físicas que detenham habilitação para o exercício de das atividades na área relacionada neste Termo de Referência.
- 6.2. A participação no credenciamento importa ao Credenciado e na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no Termo de Referência.

#### 7. Das regras gerais para seleção dos candidatos:

- 7.1. A presente chamada pública destina-se à admissão em caráter temporário;
- 7.2. A seleção dos candidatos será de inteira responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação, que o fará sob a forma de análise rigorosa das exigências de titulação e habilitação para o cargo pretendido;
- 7.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas em edital.
- 7.4. Não será permitido mais de uma inscrição por CPF.
- 7.5. Não será cobrado taxa de inscrição para a presente Chamada Pública.

## 8. Do processo de escolha:

8.1. O processo de escolha será de caráter classificatório, constará da análise do currículo, diplomas apresentados e do tempo de experiência para a vaga pleiteada, participação em cursos, simpósios, palestras, seminários, etc. Com a temática da criança e adolescente.

#### 9. Entrega da documentação referente ao credenciamento:

- 9.1. Os interessados entregarão todos os documentos exigidos em envelopes lacrados e rubricados diretamente no setor de protocolo do Município de Coronel Vivida, na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:00min.
- 9.2. A inscrição não implica em contratação pelo poder municipal, os credenciados serão convocados de acordo com o interesse do município para atender a coletividade pelo período de 12 meses.
- 9.3. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa/frente os seguintes dados:

CHAMAMENTO PÚBLICO № 13/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL – CORONEL VIVIDA-PR

INTERESSADO: (NOME COMPLETO)

CPF: E-MAIIL:

10. O candidato deverá entregar, no ato da inscrição, a documentação (OBRIGATÓRIA) abaixo (os quais não devem se confundir com os requisitos constantes no item 4):

10.1. Os interessados no credenciamento deverão apresentar os seguintes documentos, em cópias autenticadas em cartório ou apresentadas em original para autenticação da cópia, por membro da Comissão Permanente de Licitação, mediante a comparação entre o original e a cópia para atestar a autenticidade, ou ainda, extraídos da internet, quando a sua



<mark>expedição for realizada mediante uso da tecnologia digital, ficando sujeitos a verificação de</mark> sua autenticidade.

- 10.2. Requerimento para Credenciamento, preenchido e assinado, conforme modelo (anexo I);
- 10.3. Cópia autenticada da Carteira de Identidade;
- 10.4. Cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 10.5. Cópia autenticada de Comprovante de residência, comprovando a residência no município a mais de 02 (dois) anos, mediante apresentação de comprovante de residência em seu nome (poderá ser uma conta 2019 e uma conta 2021) ou declaração assinada por uma testemunha, com assinatura reconhecida em cartório pelo declarante;
- 10.6. Curriculum Vitae atualizado no ano 2021;
- 10.7. Cópia autenticada do Histórico Escolar para a escolaridade mínima exigida para o cargo (ensino médio completo);
- 10.8. Comprovante de experiência na atuação com crianças e adolescentes (comprovada através de cópia autenticada de CTPS, cópia autenticada de contrato de trabalho ou declaração, com assinatura reconhecida em cartório pelo declarante);
- 10.9. Comprovante de estar em gozo com seus direitos políticos (Fórum Eleitoral ou internet);
- 10.10. Certidão negativa de antecedentes criminais original, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Coronel Vivida-PR (FÓRUM).
- 10.11. Declaração unificada (aptidão física e mental, não ser funcionária pública e disponibilidade de horário) Anexo II;
- 10.12. No mesmo ato da inscrição o candidato deverá apresentar os documentos que possibilitem a pontuação de seus Títulos e que comprovam a Experiência Profissional, conforme pontuação para o cargo, disposto na tabela de avaliação no Item 11.
- 10.13. O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição e entrega da documentação, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento destes documentos ou falta dos mesmos.

#### 11. Da pontuação:

- 11.1 Serão declaradas habilitadas ao credenciamento todos os interessados que cumprirem as exigências mínimas impostas por este instrumento convocatório.
- 11.2. Para fins de preenchimento das vagas disponíveis, far-se-á necessário método de classificação entre aqueles que forem habilitados ao credenciamento, conforme critério desenvolvido pelo quadro abaixo:

Quesito	Pontuação		
Cópia autenticada do Diploma de Graduação na			
área de Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional	2,0		
ou Serviço Social.			
Cópia autenticada do diploma de Graduação em	1,0 até o limite de 3,0 pontos		
demais áreas.			
Cópia autenticada do histórico escolar ou			
Certificado de Conclusão do Magistério ou Curso	1,0		
de Formação de Docentes.			
Cópia autenticada do Diploma de Pós na área de			
Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional ou	1,0 até o limite máximo de 2,0 pontos		
Serviço Social, com carga horária mínima de 360			



(trezentas e sessenta) horas, com certificado	
devidamente registrado.	
Cópia autenticada de Certificado de participação em cursos, simpósios, palestras, seminários, etc. Com a temática da criança e adolescente, com carga horária de no mínimo 20 horas desde que realizados nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do Edital.	0,2 pontos para cada certificação com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas. 0,5 pontos para cada certificação com carga horária igual ou superior a 40 (quarenta) horas, até o limite máximo de 2,0 pontos.
Experiência profissional no trabalho com crianças e adolescentes (comprovada através de CTPS, contrato de trabalho ou declaração, com assinatura do declarante reconhecida em cartório).	1,0 ponto para cada ano completo trabalhado, até o máximo de 05 anos.

11.3. Havendo empate entre os candidatos, será utilizado como critério de desempate a maior idade.

#### 12. Acompanhamento do Contrato

12.1 O Município através da Secretaria Municipal de Assistência Social, realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do fiscal designado para acompanhamento do contrato e as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

#### 13. Da publicação:

13.1. A publicação do resultado do credenciamento será em Diário Oficial do Município e na web page: www.coronelvivida.pr.gov.br.

#### 14. Das hipóteses de descredenciamento

- 14.1. O Município poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidas após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade física, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso seja a que título for.
- 14.2. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 14.3. O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o credenciado pode solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse.
- 14.4. Ademais, a Administração poderá, através de decisão fundamentada, promover o descredenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência ou na legislação pertinente, bem como tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica.
- 14.5. Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço.
- 14.6. Ocorrer a superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do credenciado, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas.





14.7. Convocado, o credenciado deixar de atender à solicitação da Administração e não apresentar justificativa.

#### 15. Do prazo e prorrogação

- 15.1. O credenciado (a) assinará com a Administração o Termo de Credenciamento, por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme termos do art. 57, Inciso II, da Lei Federal nº8.666/93.
- 15.2. As eventuais prorrogações deverão ser manifestadas, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual.
- 15.3. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas somente se reputará válida se tomadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.
- 15.4. O Banco de Dados dos credenciados ficará disponível enquanto perdura a vigência do edital, durante o qual os credenciados poderão ser convocados a firmar contratos junto à administração, conforme demanda.
- 15.5. O Edital poderá ser revogado, desde que devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem gerar indenização a terceiros.

#### 16. Da Forma de Pagamento:

- 16.1. O pagamento do valor acordado para execução dos serviços será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, por meio de RPA Recibo de Pagamento Autônomo, acompanhado da folha ponto do(a) Contratado(a), através de transferência eletrônica diretamente em conta bancária do(a) favorecido(a), indicada pelo(a) mesmo(a).
- 16.2. O Município efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

#### 17. Dos recursos administrativos

- 17.1. Aos(as) credenciados(as) é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº. 8666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.
- 17.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.
- 17.3. O recurso deverá ser protocolado junto ao Setor de Protocolo, na sede da Prefeitura Municipal, Praça Ângelo Mezzomo, sn, Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná PR, CEP 85.550.000, endereçado à da Comissão Permanente de Licitação, ficando estabelecido prazo de até 05 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do Prefeito, que terá igual prazo para análise e decisão.
- 17.4. Somente o responsável legal do interessado poderá interpor recursos.
- 17.5. Serão aceitos recursos por via postal, ou correio eletrônico, dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 17.6. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação.
- 17.7. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de Termo de Homologação pelo Município.







#### 18. Da assinatura do contrato

18.2. Homologado o objeto do presente Chamamento, através de processo de inexigibilidade de licitação, o município Coronel Vivida, convocará os adjudicatários para assinarem o termo de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, após o da inexigibilidade, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93.

#### 19. Gestor e Fiscal do Contrato:

- 19.1. Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) de contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei Federal 8.666/93.
- 19.2. A Administração indica como gestora da ata de registro de preços a Secretária de Assistência Social, Fatima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 7.479, para os serviços solicitados pela a Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 19.3. A Administração indica como fiscal do contrato, Ana Paula Jochem, matricula nº 1405-2.

#### Declaração do Gestor e Fiscal do Contrato

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

	Ana Paula Jochem
Fatima Vogel da Silva	Fiscal do Contrato
Gestor do Contrato	

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados ao processo.

Coronel Vivida, 08 de julho de 2021.





# **CREDENCIAMENTO PÚBLICO № 13/2021**

# MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 13/2021.

ome:	Nome:
dereço:	Endereço:
mplemento:, cidade:,	complemento:
lefone:, email:	:elefone:
equer inscrição no Processo Seletivo instaurado pelo edital de Credenciamento Público nº 8/2021 para Educador Social.	=
eclaro, sob as penas da lei, possuir pleno conhecimento acerca dos termos do Edital de edenciamento Público n° 13/2021, e que sua inscrição implica na aceitação da totalidade os termos nele contido, sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.	Credenciamento Púb
eclaro, ainda, que não fui declarado(a) INIDÔNEO(A) para firmar contrato com o PODER JBLICO em qualquer de suas esferas.	•
Local e data	
Nome e assinatura da inscrita	
CPF e RG do declarante	





# **CREDENCIAMENTO PÚBLICO № 13/2021**

# **DECLARAÇÃO**

# Ao Município de Coronel Vivida - PR.

Através da presente, eu XXXXXXX, inscrita no CPF nº xxxx e RG nº xxxx, DECLARO expressamente que:

- I Até a presente data tenho aptidão física e mental, necessárias para a realização dos trabalhos inerentes ao cargo de EDUCADORA SOCIAL;
- II Não sou funcionária pública na esfera federal, estadual ou municipal e também, não exerço cargo no legislativo;
- **III** Tenho a disponibilidade em finais de semana e feriados e com jornada alternativa com escala de horários, conforme necessidade da Casa Lar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração.

Local e data
Nome e assinatura da inscrita
CPF e RG do declarante





#### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO № XX/2021 CREDENCIAMENTO № 13/2021 INEXIGIBILIDADE № XX/2021

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. Sr. Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8 SSP-PR, a seguir denominado CONTRATANTE, de um lado e, do outro, a RG nº xxxxxxxxxxx, a seguir denominada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados o CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas físicas para função de educador social, em caráter essencial e emergencial, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência para trabalhar com crianças e adolescentes em medida de proteção e acolhimento em Casa Lar, ajustam o presente contrato em decorrência do edital de Chamamento Público nº 13/2021, mediante as seguintes

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS NORMAS APLICÁVEIS

<u>Parágrafo primeiro:</u> O Presente contrato será regido pelo disposto no Edital nº. 13/2021 – pelo disposto na Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

<u>Parágrafo segundo:</u> A inexigibilidade de licitação está fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

<u>Parágrafo primeiro:</u> O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO** de pessoas físicas para função de educador social, em caráter essencial e emergencial, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência para trabalhar com crianças e adolescentes em medida de proteção e acolhimento em Casa Lar, de acordo com do termo de referência — Anexo I ao edital de Chamamento Público nº 13/2021 e a este.

<u>Parágrafo segundo:</u> Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital do Chamamento Público para Credenciamento nº 13/2021, juntamente com seus anexos, a Inexigibilidade nº xx/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Parágrafo único: O valor total deste contrato é de R\$ xxx (xxxxxxxx).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

Parágrafo primeiro: O presente contrato terá vigência (XXXX) meses, de XX de XXXXX de 2021 a XX de XXXXX de 202x.





<u>Parágrafo segundo:</u> O prazo de execução de serviços poderá ser prorrogado, a critério da Administração, conforme termos do art. 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo terceiro:</u> As eventuais prorrogações deverão ser manifestadas, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual.

<u>Parágrafo quarto:</u> A alteração de qualquer das disposições estabelecidas somente se reputará válida se tomadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA QUINTA - ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

<u>Parágrafo único</u>: O Município através da Secretaria Municipal de Assistência Social, realizará o acompanhamento da execução dos serviços por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do fiscal designado para acompanhamento do contrato e as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo.

# CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

<u>Parágrafo primeiro</u>: Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta da dotação abaixo discriminada:

UNID	ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA Natureza da Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física						
UG	0/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
07	10/01	000	6.072	Atendimento e Manutenção no Eixo da PSE – MAC – Crianças e Adolescentes 10.001.08.243.0034.6.072	990	3237	3.3.90.36.99.03

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

<u>Parágrafo primeiro</u>: O pagamento do valor acordado para execução dos serviços será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços por meio de RPA — Recibo de Pagamento Autônomo, acompanhado da folha ponto do(a) Contratado(a), através de transferência eletrônica diretamente em conta bancária do(a) favorecido(a), indicada pelo(a) mesmo(a).

<u>Parágrafo segundo</u>: O Município efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

<u>Parágrafo único</u>: Dar condições de trabalho e remunera-lo dentro dos seus direitos acordados através do proposto no edital de chamada publica, realizado para a contratação dos mesmos. Sendo acordado com assinatura de contrato, e aceito por ambas as partes contratados e contratante.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

<u>Parágrafo único</u>: Deverá OBRIGATORIAMENTE estar de acordo com os padrões e normas vigentes propostas no edital de chamamento, disponibilizando a prestar serviço em sua respectiva área seguindo as exigências de cada função e órgão.





# MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ CLÁUSULA DÉCIMA - GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

<u>Parágrafo primeiro</u>: Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) de contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

<u>Parágrafo segundo</u>: A Administração indica como gestora do contrato a Secretária de Assistência Social, Fatima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 7.479, para os serviços solicitados pela a Secretaria Municipal de Assistência Social.

<u>Parágrafo terceira</u>: A Administração indica como fiscal do contrato, Ana Paula Jochem, matricula nº 1405-2.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS

<u>Parágrafo único</u>: Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, o Município de Coronel Vivida, garantida a prévia defesa, aplicar as contratadas as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

<u>Parágrafo único</u>: O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará a contratada as penalidades previstas no art. 87 da lei 8.666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo do descredenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA MULTA

<u>Parágrafo único</u>: O MUNICÍPIO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei 8.666/963, aplicará multa:

- a) pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela inexecução total ou parcial dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

<u>Parágrafo primeiro</u>: Ocorrendo motivo que justifique, atendido em especial o interesse do MUNICÍPIO, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos moldes da Lei n.º 8.666/93, pelo MUNICÍPIO a qualquer momento, mediante notificação para imediata suspensão dos serviços.

<u>Parágrafo primeiro</u>: A contratada poderá a qualquer tempo denunciar o ajuste, bastando, para tanto, notificar previamente a Administração, com antecedência de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

<u>Parágrafo único</u>: Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Nenhum serviço fora das especificações deste Contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.
- b) A CONTRATADA, não poderá, de forma alguma, sub empreitar os serviços objeto deste contrato a outras empresas, devendo a execução dos mesmos ser realizada por profissionais a ela vinculada.
- c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista,





previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicilio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, xx de xxxxxxxx de 2021.	
Anderson Manique Barreto	Xxx
Prefeito	Xxxxx
CONTRATANTE	CONTRATADA
Testemunhas:	
^	

(anexar TERMO DE REFERÊNCIA quando for feita a inexigibilidade(s)/contrato(s))